



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
**Estado de Pernambuco**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**  
**EXERCÍCIO 2024**

**PRESIDENTE: JOSÉ SOARES DE SOUSA JÚNIOR**

**BOM JARDIM**  
**2024**



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/63-20250530182254.pdf>  
assinado por: idUser 477

## PODER LEGISLATIVO SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	03
2 DUODÉCIMO .....	03
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	04
3.1 DESPESA AUTORIZADA .....	04
3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA .....	04
3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	05
3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO .....	05
3.1.4 DESPESA POR NATUREZA .....	06
4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA .....	07
4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL .....	07
4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA .....	08
5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO .....	09
6 DÍVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA .....	09
7 DÍVIDA FLUTUANTE .....	10
8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL .....	10
9 BALANÇO PATRIMONIAL .....	11
10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	11
11 CONCLUSÃO .....	12





## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

### 1 APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo as informações sobre a Execução Orçamentária; bem como no relatório destacamos o repasse do Duodécimo, despesas por natureza, despesas por função; e Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Dívida Consolidada (Fundada), Dívida Flutuante; e Despesa com Pessoal, Limite de Gasto com Folha de Pagamento e Repasses de Contribuições Previdenciárias.

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com dispositivos da Lei Federal 4.320/64, e ainda obedecendo ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas de direito financeiro para os órgãos públicos.

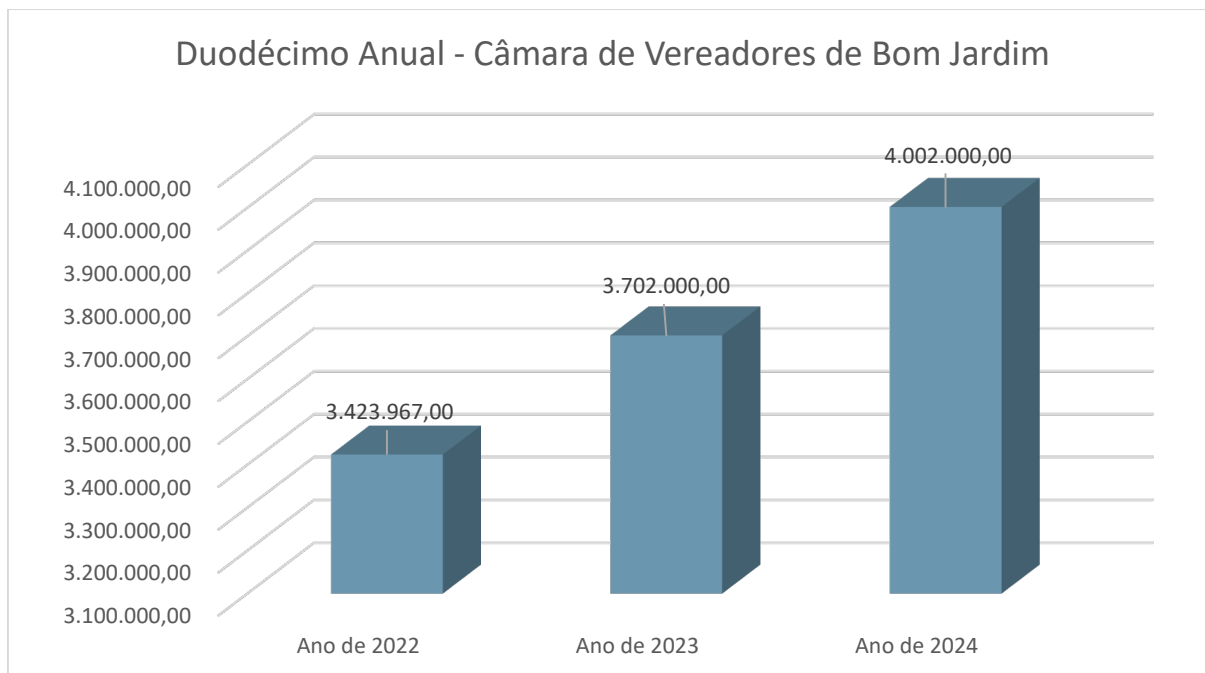
### 2 DUODÉCIMO

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece os critérios para repasse de recursos à Câmara de Vereadores de Bom Jardim-PE que tem menos de 100.000 habitantes está enquadrado no repasse de Duodécimo no percentual de **7%** (sete por cento) das receitas indicadas no art. 29-A da Constituição da República, arrecadadas no exercício anterior.

Em 2024 o valor orçado para suprimimento das despesas da câmara municipal de Bom Jardim foi de R\$ **4.002.000,00** a ser repassado durante o ano ao Legislativo, mensalmente esse valor equivale a R\$ **333.500,00**.

Durante o ano de 2024 foi repassado **R\$ 4.002.000,00**, que corresponde exatamente, ao valor devido a título de duodécimo.





### 3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

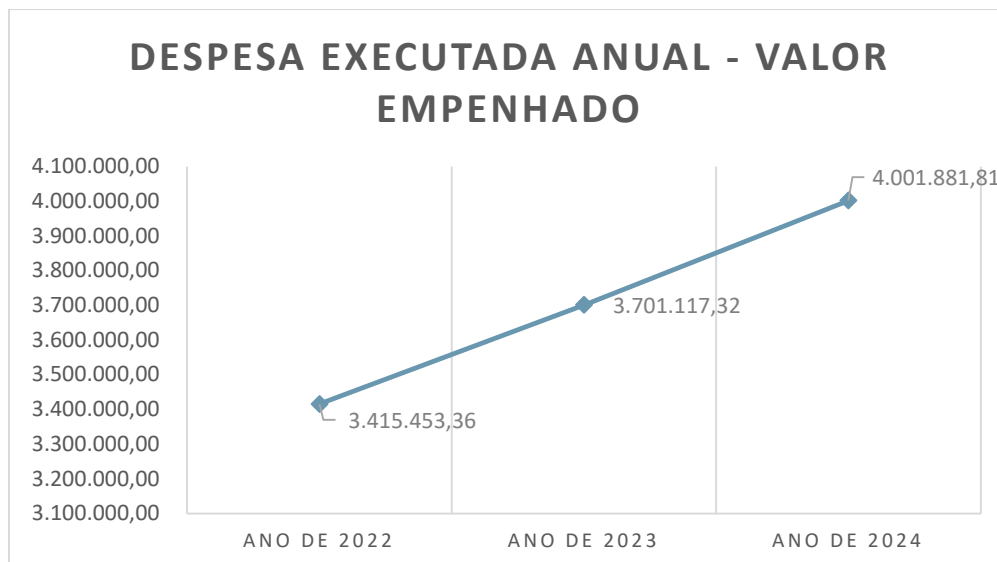
#### 3.1 DESPESA AUTORIZADA

A Lei Orçamentária Anual – LOA, nº 1.151 de 31 de outubro de 2023, fixou para 2024 as despesas no montante de R\$ **4.002.000,00**, da qual foi atualizada a partir de créditos adicionais suplementares e teve seu valor autorizado para 2024 no montante de R\$ **4.002.000,00**.

##### 3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA

	VALOR AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO
<b>I - Despesas Correntes.....</b>	<b>R\$ 3.921.817,25</b>	<b>R\$ 3.921.723,06</b>
a) Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 2.596.894,77	R\$ 2.596.863,16
b) Juros e Encargos de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
c) Outras Despesas Correntes.....	R\$ 1.324.922,48	R\$ 1.324.859,90
<b>II - Despesas de Capital.....</b>	<b>R\$ 80.182,75</b>	<b>R\$ 80.158,75</b>
a) Investimentos.....	R\$ 80.182,75	R\$ 0,00
b) Amortização de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>III - Total das Despesas (I+II) .....</b>	<b>R\$ 4.002.000,00</b>	<b>R\$ 4.001.881,81</b>

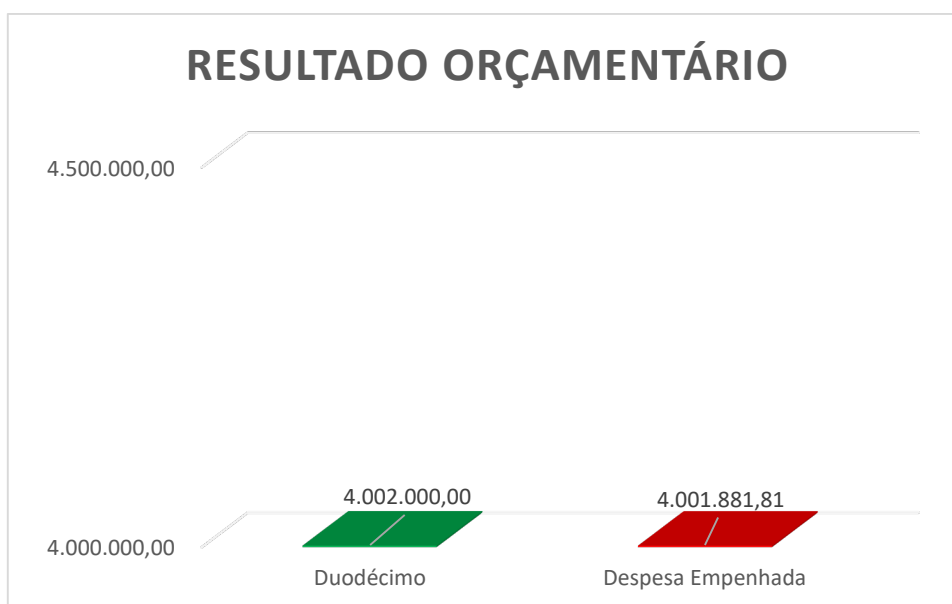




O coeficiente de execução das despesas orçadas para 2024 pela despesa liquidada foi de **99,99%** no período.

### 3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Como vimos anteriormente a receita recebida (Duodécimo) durante o período foi de R\$ **4.002.000,00**, já a despesa executada (empenhada) perfaz o valor de R\$ **4.001.881,81**, gerando assim, Resultado Orçamentário de R\$ **118,19** Superavitário.



### 3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO



Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da Função Legislativa com o percentual de 100%, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÃO		
Função	Valor R\$	% Execução
Legislativa	4.002.000,00	100,00%
Administração	-	0,00%
Assistência Social	-	0,00%
Previdência Social	-	0,00%
Saúde	-	0,00%
Educação	-	0,00%
Cultura	-	0,00%
Urbanismo	-	0,00%
Saneamento	-	0,00%
Gestão Ambiental	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>4.002.000,00</b>	<b>100,00%</b>

### Execução das Despesas por Função



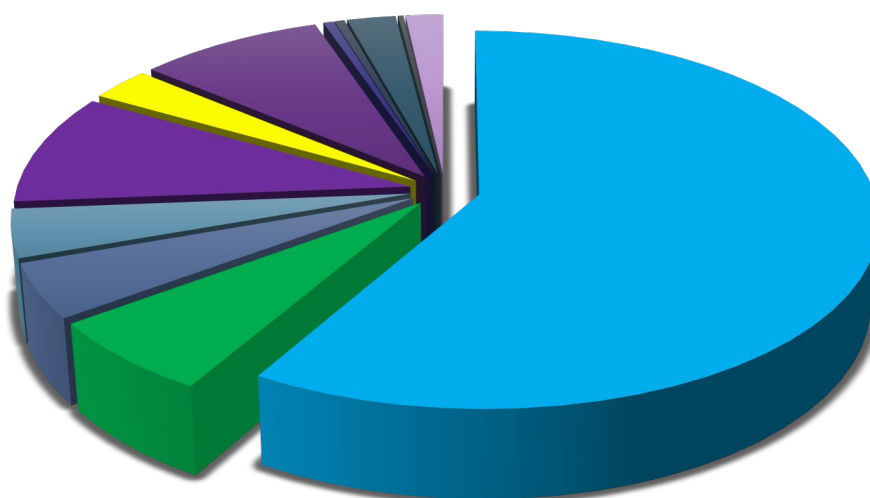
#### 3.1.4 DESPESAS POR NATUREZA

Analisando as despesas por natureza, podemos observar que os principais gastos/investimentos foram em despesas de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e Serviços de Consultoria, com o percentual de 58,42% e 9,55%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:



DESPESAS POR NATUREZA		
Natureza	Valor R\$	% Execução
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.337.800,64	58,42%
Obrigações Patronais	259.062,52	6,47%
Diárias – Civil	188.092,51	4,70%
Material de Consumo	165.459,44	4,13%
Serviços de Consultoria	382.200,00	9,55%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	113.500,00	2,84%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	346.205,09	8,65%
Obrigações Tributárias e Contributivas	19.250,86	0,48%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	19.000,00	0,47%
Indenizações e Restituições	91.152,00	2,28%
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,00%
Obras e Instalações	10.261,00	0,26%
Equipamentos e Material Permanente	69.897,75	1,75%
<b>Total</b>	<b>4.001.881,81</b>	<b>100,00%</b>

Execução das Despesas por Natureza



- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- Obrigações Patronais
- Diárias – Civil
- Material de Consumo
- Serviços de Consultoria
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Obrigações Tributárias e Contributivas
- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
- Indenizações e Restituições
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Obras e Instalações
- Equipamentos e Material Permanente



#### 4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O conceito de Despesas com Pessoal consta do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Na apuração das despesas de pessoal são considerados 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores.

Na tabela abaixo consta a despesa com pessoal já deduzidos os valores que a Lei Complementar nº 101/2000 permite abater.

#### DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal		Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
		LIQUIDAÇÕES													
		<b>-MR-11-</b>	<b>-MR-10-</b>	<b>-MR-9-</b>	<b>-MR-8-</b>	<b>-MR-7-</b>	<b>-MR-6-</b>	<b>-MR-5-</b>	<b>-MR-4-</b>	<b>-MR-3-</b>	<b>-MR-2-</b>	<b>-MR-1-</b>	<b>-MR-</b>		
<b>Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		207.043,61	200.696,76	188.996,86	202.639,82	227.251,00	261.980,84	254.362,46	223.579,83	200.703,32	202.688,45	266.310,76	200.607,45	2.596.863,16	0,00
Pessoal Ativo		207.043,61	200.696,76	188.996,86	202.639,82	227.251,00	261.980,84	254.362,46	223.579,83	200.703,32	202.688,45	266.310,76	200.607,45	2.596.863,16	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		186.722,82	180.674,48	178.972,58	182.615,54	207.236,72	241.965,05	184.338,18	203.585,55	180.675,04	182.664,17	235.180,86	173.200,65	2.337.800,64	0,00
Obrigações Patronais		20.320,79	20.024,28	20.024,28	20.024,28	20.024,28	20.015,79	20.024,28	20.024,28	20.024,28	20.024,28	21.124,90	27.406,80	259.062,52	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Substituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Decréto Judicial de Período Anterior ao da Aposentação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Aposentação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência e Pensões com Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atos Constitucionais de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1º)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios referentes ao plano salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Paralela (ADCT, art. 38, §2º)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		207.043,61	200.696,76	188.996,86	202.639,82	227.251,00	261.980,84	254.362,46	223.579,83	200.703,32	202.688,45	266.310,76	200.607,45	2.596.863,16	0,00

#### 4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida Ajustada.....

R\$

Despesa com Pessoal.....

R\$

2.596.863,16

Percentual de Comprometimento.....

1,84%

Limites da Lei Complementar nº 101/2000:

Limite máximo, 54,00% da RCL.....

R\$

8.488.153,14

Limite Prudencial, 51,30% da RCL.....

R\$

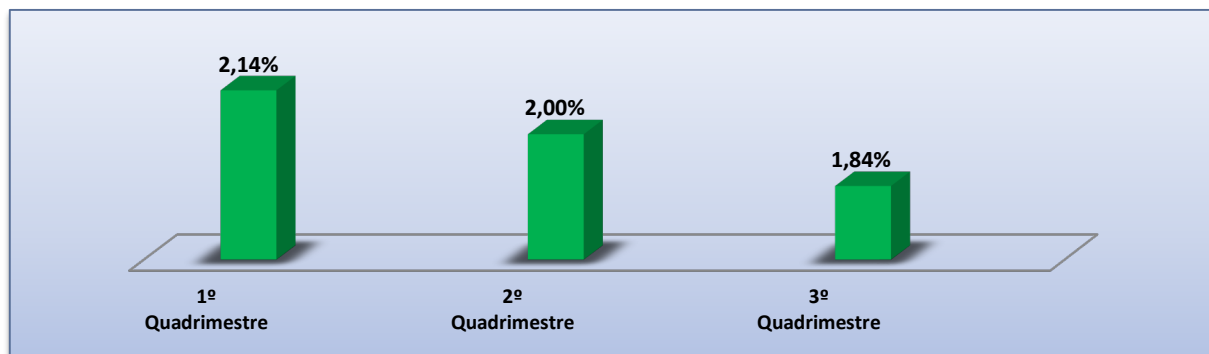
8.063.745,48

Limite de Alerta, 48,60% da RCL.....

R\$

7.639.337,83

Observa-se que o Poder Legislativo se manteve com uma folga em relação ao limite dos gastos com pessoal frente a receita corrente líquida de **R\$ 5.891.289,98**.



#### 5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO



Os poderes Legislativos anualmente não podem exceder o limite de 70% do Duodécimo recebido em gastos com despesas de folha de pagamento, desta feita, durante o exercício de 2024 o Poder Legislativo de bom jardim aferiu apenas **51,67%** do referido limite.

DESPESA DO PODER LEGISLATIVO		
GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO (JANEIRO A DEZEMBRO 2024)		
Artigo 29-A, §1º, da Constituição Federal		
Resolução TC nº 270 de 11 de Dezembro de 2024 - Anexo V		
Item 27		
Câmara Municipal de Bom Jardim		
<b>1.</b>	<b>Gasto com Folha de Pagamento - GFP</b>	<b>2.428.952,64</b>
1.1.	Contratação por Tempo Determinado (3.1.90.04.00)	-
1.2.	Salário Família	-
1.3.	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (3.1.90.11.00)	2.337.800,64
1.4.	Vencimentos e Vantagens Variáveis (3.1.90.16.00)	-
1.5.	Ressarcimento de Pessoal Requisitado (3.1.90.96.00)	-
1.6.	Outros	91.152,00
	Verba Indenizatória do Presidente da Câmara	91.152,00
<b>2.</b>	<b>Deduções</b>	<b>-</b>
	Indenizações e Restituições Trabalhistas	-
	Inativos e Pensionistas	-
<b>3.</b>	<b>Gasto Líquido com a Folha de Pagamento = (1-2)</b>	<b>2.428.952,64</b>
<b>4.</b>	<b>Receita a considerar para GFP (menor dos seguintes Valores: 4.1 ou 4.2)</b>	<b>4.002.000,00</b>
4.1	Receita arrecadada pelo Município em 2023 (art. 29-A, caput)	4.748.431,93
4.2	Receita prevista para a Câmara para 2024 (art. 29-A, §1º)	4.002.000,00
	Percentual de GFP Líquido sobre a receita (03/04) x 100	60,69%
	<b>Limita do Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal</b>	<b>70%</b>

## 6 DIVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 101/2000, define no art. 29, Dívida Pública Consolidada ou Fundada como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

SALDO INICIAL	EMIÇÃO	RESGATE	SALDO FINAL
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

O limite de endividamento para Municípios, estabelecido pelo Senado Federal é de 120% da receita corrente líquida. Nesse quesito, o Poder Legislativo como exposto acima não possui dívidas parceladas.

## 7 DÍVIDA FLUTUANTE



A Dívida Flutuante, compreende as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu ao final do exercício o montante de R\$ 0,29, consequentemente gerou uma diminuição em relação a dívida fluante inicial vinda do ano anterior.

SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXAS	SALDO FINAL
R\$ 0,00	749.790,71	R\$ 749.790,71	R\$ 0,00

## 8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL

O Poder Legislativo recolheu integralmente as obrigações previdenciárias do RGPS. Esta entidade não possui funcionários que se enquadrem no recolhimento para o BOMJARDIMPREV. A seguir, segue os demonstrativos de recolhimento para ratificar as informações citadas:

ANEXO XIII  
DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)  
ANEXO XIII - A

CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS AO RGPS DA CÂMARA DE BOM JARDIM

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (3)		DATA DO VENCIMENTO (4)	DATA DO REPASSE (5)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	135.930,67	14.307,37	14.307,37		14.307,37	20/02/2024	20/02/2024
Fevereiro	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/03/2024	20/03/2024
Março	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/04/2024	19/04/2024
Abril	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/05/2024	20/05/2024
Mai	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/06/2024	20/06/2024
Junho	132.541,87	14.003,79	14.003,79		14.003,79	20/07/2024	22/07/2024
Julho	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/08/2024	20/08/2024
Agosto	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/09/2024	20/09/2024
Setembro	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/10/2024	18/10/2024
Outubro	132.636,00	14.010,85	14.010,85		14.010,85	20/11/2024	21/11/2024
Novembro	136.401,22	14.349,73	14.349,73		14.349,73	20/12/2024	20/12/2024
Dezembro	125.576,00	13.481,35	13.481,35		13.481,35	20/01/2025	27/12/2024
13º Salário	119.575,00	13.031,27	13.031,27		13.031,27	20/12/2024	20/12/2024
<b>TOTAL</b>	<b>1.711.112,76</b>	<b>181.260,31</b>	<b>181.260,31</b>	<b>-</b>	<b>181.260,31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

ANEXO XIII  
DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)  
ANEXO XIII - B

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS) - CÂMARA DE BOM JARDIM

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA (2)	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	135.930,67	12.233,75	12.233,75		12.233,75		20/02/2024	20/02/2024
Fevereiro	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/03/2024	20/03/2024
Março	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/04/2024	19/04/2024
Abril	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/05/2024	20/05/2024
Mai	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/06/2024	20/06/2024
Junho	132.541,87	11.928,75	11.928,75		11.928,75		20/07/2024	22/07/2024
Julho	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/08/2024	20/08/2024
Agosto	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/09/2024	20/09/2024
Setembro	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/10/2024	18/10/2024
Outubro	132.636,00	11.937,24	11.937,24		11.937,24		20/11/2024	21/11/2024
Novembro	136.401,22	12.276,11	12.276,11		12.276,11		20/12/2024	20/12/2024
Dezembro	125.576,00	11.301,84	11.301,84		11.301,84		20/01/2025	27/12/2024
13º Salário	119.575,00	10.761,75	10.761,75		10.761,75		20/12/2024	20/12/2024
<b>TOTAL</b>	<b>1.711.112,76</b>	<b>154.000,12</b>	<b>154.000,12</b>	<b>-</b>	<b>154.000,12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



## 9 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
Disponível	R\$	0,00
Realizável	R\$	0,00
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
Restos a Pagar	R\$	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	R\$	0,00
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>769.760,57</b>
Realizável a Longo Prazo	R\$	0,00
Bens Móveis e Imóveis	R\$	769.760,57
Bens Intangíveis	R\$	0,00
Valores em Ações	R\$	0,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$</b>	<b>0,00</b>
Dívida Fundada Interna	R\$	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$</b>	<b>769.760,57</b>

## 10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Legislativo, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	4.002.000,00	3.702.000,00
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.002.000,00	3.702.000,00
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.002.000,00	3.702.000,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1)</b>		<b>4.002.000,00</b>	<b>3.702.000,00</b>



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.924.962,22	3.678.868,12
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.616.114,02	2.558.427,07
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.337.800,64	2.094.461,83
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	278.313,38	463.965,24
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.308.711,14	1.119.940,83
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	165.459,44	174.397,96
3.3.2	SERVIÇOS	1.140.149,60	942.989,07
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.102,10	2.553,80
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	500,22
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	500,22
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	137,06	0,00
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	137,06	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2)		3.924.962,22	3.678.868,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II) (Nota 3)		77.037,78	23.131,88

11 CONCLUSÃO

Conforme apresentado no presente relatório, este Poder Legislativo teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, respeitando a Legislação pertinente.

As nossas despesas com pessoal e folha e pagamento, se mantiveram dentro do estabelecido na lei de responsabilidade fiscal e outras legislações que tratam do assunto.

Assim sendo, procuramos retratar através do presente relatório técnico, os principais aspectos da gestão ocorridos no exercício de 2024, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



PORTAL DA TRANSPARENCIA  
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/63-20250530182254.pdf  
assinado por: idUser 477

JOSE SOARES DE SOUSA  
JUNIOR:08177549464

Assinado de forma digital por JOSE SOARES DE SOUSA  
JUNIOR:08177549464

JOSÉ SOARES DE SOUSA JÚNIOR  
PRESIDENTE

RAI DUARTE  
FALCAO:07125417485

Assinado de forma digital por RAI DUARTE  
FALCAO:07125417485

RAÍ DUARTE FALCÃO  
CONTADOR  
CRC N° 031364/O-0